



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0002650-84.2014.8.17.0000 (0330296-1)**

**COMARCA: FERREIROS**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: GERALDO BATISTA PEREIRA**

**PACIENTE: EZEQUIEL DE ALMEIDA DA SILVA**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCANTI DE ABLQUERQUE  
NETO**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS  
CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO.  
DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.  
ALEGAÇÃO DE DESFUNDAMENTAÇÃO DO ÉDITO  
CONSTRITIVO. PROCEDÊNCIA. A AUTORIDADE  
INDIGITADA COATORA DESCUROU EM APONTAR  
CONCRETAMENTE OS MOTIVOS PELOS QUAIS A  
SOLTURA DO PACIENTE COLOCARIA EM RISCO A  
ORDEM PÚBLICA. MENÇÃO LITERAL AOS  
PRESSUPOSTOS INSERTOS NO ART. 312 DO CPP.  
CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.  
ORDEM CONCEDIDA.

1. O impetrante sustenta que o decreto construtivo padece de ausência de fundamentação, porquanto os argumentos utilizados pela autoridade apontada como coatora cingiram-se à gravidade abstrata do crime e à possibilidade de reiteração delitiva.
2. Para que a prisão cautelar, que é medida de exceção, possa subsistir, devem estar presentes não apenas as hipóteses do art. 312 do CPP, devendo também o magistrado, ao determinar sua imposição, indicar os elementos concretos que levaram ao reconhecimento dos requisitos e dos pressupostos legais para a manutenção da custódia preventiva.
3. Na espécie, verifica-se que a autoridade apontada como coatora limitou-se a tecer argumentos genéricos, tais como a grave onda de violência que atinge a Comarca de Ferreiros, bem como a possibilidade de reiteração delitiva, sem indicar elementos concretos.
4. Ordem concedida, à unanimidade.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0002650-84.2014.8.17.0000 (0330296-1), em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **conceder a ordem**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0002650-84.2014.8.17.0000 (0330296-1)**

**COMARCA: FERREIROS**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: GERALDO BATISTA PEREIRA**

**PACIENTE: EZEQUIEL DE ALMEIDA DA SILVA**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE  
NETO**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**RELATÓRIO**

O advogado Geraldo Batista Pereira impetra a presente ordem de *Habeas Corpus* liberatório em favor de **EZEQUIEL DE ALMEIDA DA SILVA**, onde é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ferreiros/PE.

Emerge dos autos que, no dia 18 de fevereiro de 2014, pelas 23:00h, na Rua Barão de Itambé, nº 84-B, Ferreiros/PE, o paciente, mediante o uso de um pedaço de madeira, teria tentado matar a vítima Ricardo Nunes de Oliveira, com pauladas na sua cabeça e enquanto este dormia, uma vez que desconfiava que seria denunciado ao patrão por uma suposta má prestação de serviços contratados.

75

Foi denunciado como incurso nas penas do art. 121, parágrafo 2º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso II, todos do CPB, tendo sido decretada a sua prisão preventiva como forma de acautelar a ordem pública.

Nas razões do presente remédio heroico, o impetrante aduz que o acusado não agiu com *animus necandi*, bem como que as lesões sofridas pela vítima atestam que foram causadas, tão somente, lesões corporais de natureza leve.

Segue asseverando que a autoridade apontada como coatora, quando da decretação da prisão preventiva, descurou em apontar, no decreto construtivo, elementos concretos que afirmassem sua necessidade, limitando-se a tecer argumentos genéricos lastreados na gravidade abstrata do crime imputado ao paciente.

Destaca a excepcionalidade do encarceramento provisório, bem como a suposta ausência de justa causa para sua manutenção, razões pelas quais pleiteia a concessão da ordem.

Juntou documentos às fls. 21/45.


A concessão da liminar requerida foi indeferida às fls. 52/53.

A autoridade indigitada coatora prestou as informações solicitadas na fl. 61.

A douta Procuradoria de Justiça, por intermédio de parecer lançado aos autos nas fls. 65/66, opinou pela denegação da ordem.

#### É O RELATÓRIO.

Recife, 20 de maio de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002650-84.2014.8.17.0000 (0330296-1)

COMARCA: FERREIROS

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: GERALDO BATISTA PEREIRA

PACIENTE: EZEQUIEL DE ALMEIDA DA SILVA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE  
NETO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

**VOTO**

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado pelo advogado Geraldo Batista Pereira em favor de **EZEQUIEL DE ALMEIDA DA SILVA**, onde é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ferreiros/PE.

A presente impetração está fundada, em síntese, na alegação de que o decreto de prisão preventiva padece de ausência de fundamentação, uma vez que a autoridade impetrada teria se limitado a tecer argumentos genéricos, lastreados na gravidade abstrata do crime imputado ao paciente, bem como que este não teria agido com *animus necandi*, mas com *animus laedendi*.

Consoante relatado, o acusado foi denunciado como incurso nas penas do art. 121, parágrafo 2º, incisos I e IV, c/c art. 14, inciso II, todos do CPB, tendo sido decretada sua prisão preventiva sob a égide da garantia da ordem pública.

Compulsando os autos, entendo que não assiste razão à defesa.

De início, cumpre ressaltar que, diante da natureza perfunctória do *Habeas Corpus*, não cabe analisar, nos estreitos limites do presente *writ*, matéria relacionada à produção probatória.

É inerente ao caráter da ação constitucional de *Habeas Corpus* a prova pré-constituída, razão pela qual a análise/percepção da autoria e tipificação do crime ou da materialidade do delito deve ser concretizada na instrução do feito criminal.

Dessa forma, as dúvidas acerca do dolo específico do agente, quando da prática do crime em questão, serão elucidadas na instrução processual a ser manejada pelo juízo *a quo* incumbido do processamento do feito.

Como é cediço, o Remédio Heroico se constitui em ação de natureza constitucional destinada a coibir o ato ilegal emanado de autoridade que venha a ameaçar ou efetivamente tolher a liberdade de locomoção. A alegação do impetrante, à toda evidência, não se constitui em objeto de exame na estreita via do *writ*, posto que compete ao prudente exame do magistrado processante, após exame do acervo probatório coligido aos autos da ação penal a que responde o paciente na primeira instância.

Todavia, no que tange à alegação de ausência de fundamentação do decreto construtivo, melhor sorte assiste à defesa.

Sabe-se que, para que a prisão cautelar, que é medida de exceção, possa subsistir, devem estar presentes não apenas as hipóteses do art. 312 do Código de Processo Penal, devendo também o magistrado, ao determinar sua imposição, indicar os elementos concretos que levaram ao reconhecimento dos requisitos e dos pressupostos legais para a manutenção da custódia preventiva.

Sendo assim, a decisão que decreta ou que mantém a prisão preventiva deve suscitar, ainda que de forma concisa, com base nos elementos dos autos, a materialidade do fato delituoso, indícios suficientes da autoria, bem como a imprescindibilidade de tal medida para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, da preservação da instrução criminal ou da segurança da aplicação da Lei Penal.

Na espécie, em que pese o decreto de prisão preventiva não tenha sido acostado aos autos, em consulta ao sistema JUDWIN, através de análise de decisão que indeferiu pedido de revogação da prisão cautelar, e às próprias informações prestadas pela autoridade impetrada, verifica-se que só fez-se menção literal aos pressupostos insertos no art. 312 do CPP, não tendo sido indicado nenhum elemento concreto que atestasse que a soltura do paciente configuraria um potencial risco à ordem pública.

Destarte, os fundamentos utilizados pela autoridade indigitada coatora, ao justificar a necessidade de manutenção do encarceramento provisório, não se coadunam com a exigência constitucional de motivação das decisões judiciais, razão pela qual o constrangimento ilegal merece ser sanado.

Neste sentido:

HABEAS CORPUS. DOIS HOMICÍDIOS QUALIFICADOS, SENDO UM TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DECISÃO DESFUNDAMENTADA. GRAVIDADE ABSTRATA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS. ORDEM CONCEDIDA. 1 - Esta Corte tem reiteradamente afirmado que toda prisão anterior à condenação transitada em julgado somente pode ser imposta por decisão concretamente fundamentada, mediante a demonstração explícita da sua necessidade, observado o art. 312 do

Código de Processo Penal. 2 - A custódia cautelar do paciente foi mantida visando garantir a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, contudo, sem apontar qualquer elemento concreto que justificasse a manutenção da medida extrema, existindo apenas alusão à gravidade abstrata do delito, evidenciado, portanto, o constrangimento ilegal. 3 - Habeas corpus concedido.

(STJ - HC: 131511 SC 2009/0048972-2, Relator: Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), Data de Julgamento: 18/02/2010, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/03/2010)

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor(a) Procurador(a) de Justiça, discordando da promoção exarada pela douta Procuradoria de Justiça, voto pela concessão da ordem, a fim de revogar o decreto de prisão preventiva exarado em desfavor do paciente, substituindo o encarceramento provisório pela imposição das medidas cautelares previstas no art. 319, incisos I, II e IV, do Código de Processo Penal .

É COMO VOTO.

Recife, 27 de março de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator